



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PODER EXECUTIVO



INDICAÇÃO Nº 07/2023

Autoria: Geraldo Guedes Rodrigues
Nº do Protocolo: 02/2023
Protocolado em: 15/02/2023 09h58

Disciplina a cessão e o recebimento em cessão de servidor público de provimento efetivo, e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de São José do Divino, Estado de Minas Gerais, aprova e eu Geraldo Guedes Rodrigues, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O servidor, detentor de cargo de provimento efetivo, pertencente aos Quadros do Município de São José do Divino-MG poderá, em caráter excepcional, ser cedido a outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado o interesse público e os princípios da eficiência e da economicidade.

§1º - O servidor público cedido ou recebido em cessão só poderá exercer no local da cessão cargos comissionados ou funções de confiança, integrantes da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual, Federal ou do Distrito Federal.

§2º - A cessão de servidores efetivos não poderá resultar em prejuízo ao andamento das atividades do órgão ou da entidade cedente, devendo observar além dos princípios de que trata o caput, o princípio da razoabilidade. **§3º** - O disposto nesta Lei aplicar-se-á subsidiariamente às legislações específicas acerca do tema, em âmbito municipal.

§3º - O disposto nesta Lei aplicar-se-á subsidiariamente às legislações específicas acerca do tema, em âmbito municipal.

§4º - Aplicar-se-á ao disposto nesta Lei o determinado nos §§ 12 e 13 do art. 14 da Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1989.

Art. 2º - Para os fins desta Lei considera-se cessão o ato administrativo que implica na autorização do exercício do servidor público efetivo de um para outro órgão dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante a celebração de convênio ou outro instrumento congênera para esta finalidade, a critério da entidade cedente e da





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PODER EXECUTIVO



entidade cessionária. Parágrafo único. O órgão cedente é o órgão de origem e lotação do servidor cedido e o órgão cessionário é o órgão em que o servidor irá exercer suas atividades temporariamente.

Art. 3º - O pedido de cessão de servidor público efetivo em exercício no Poder Executivo do Município de São José do Divino-MG deverá ser formalizado por escrito pelo órgão interessado e dirigido ao Prefeito Municipal, respeitando-se o juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

§1º - O exercício do cargo por servidor público efetivo cedido somente terá início após o deferimento do pedido por parte do Chefe do Poder Executivo.

§2º - Dever-se-á aguardar a publicação do ato autorizativo da cessão no Portal Oficial Eletrônico do Município de São José do Divino-MG para que o servidor possa se apresentar ao órgão cessionário.

Art. 4º - O servidor público efetivo que tiver interesse em ser cedido para o Poder Executivo Municipal deverá se apresentar junto à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, obedecendo os seguintes requisitos:

I - requerimento formal instruído com a identificação e os documentos que comprovem sua aptidão para assumir as atribuições do cargo pretendido;

II - legislação do órgão de origem com previsão legal da formalização do ato de cessão;

e **III** - manifestação da autoridade competente a que estiver subordinado, constando expressamente o deferimento do pedido de cessão. Parágrafo único. O recebimento em cessão está condicionado aos princípios da eficiência e da economicidade, além do juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública, bem como ao atendimento aos requisitos de que tratam os incisos I a III do caput.

Art. 5º - A cessão do servidor público efetivo não implicará na ruptura do vínculo empregatício e nem na perda da vaga correspondente ao cargo para o qual foi investido originariamente por meio de concurso público e se encontra efetivado.

Art. 6º - O servidor público efetivo cedido não ocupará emprego de caráter efetivo existente no quadro de pessoal do órgão cessionário, nos termos desta Lei.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PODER EXECUTIVO



Art. 7º - O cedente poderá, a qualquer tempo, mediante juízo de conveniência e oportunidade, requisitar o retorno do servidor público cedido.

Art. 8º - A cessão de servidor público efetivo será autorizada pelo período máximo de 03 (três) anos, podendo este ser prorrogado, desde que respeitado o mandato do Chefe do Poder Executivo responsável pela cessão.

§1º - É condição para a prorrogação da cessão a formulação de requerimento específico com esta finalidade por parte do órgão cessionário e do servidor cedido.

§2º - O requerimento de que trata o §1º deverá ser protocolado no prazo de 30 (trinta) dias anteriores ao término do prazo de encerramento da cessão, sob pena de indeferimento do pedido de prorrogação.

Art. 9º - Findo o período de validade da cessão e em não havendo sua prorrogação, o servidor público efetivo cedido deverá reapresentar-se à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos até o dia útil seguinte ao da exoneração ou da revogação, independentemente de comunicação entre o cessionário e o cedente, sendo reinserido no quadro de servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 10 - O ônus pela remuneração do servidor cedido é do órgão ou entidade cessionária.

§1º - O órgão ou entidade cedente poderá arcar com o ônus da cessão nos casos autorizados em lei e/ou de acordo com o interesse público, sempre mediante justificativa.

§2º - Na hipótese de, excepcionalmente, os custos da cessão serem suportados pelo órgão ou entidade cedente, dever-se-á observar o art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 11 - Os casos omissos ou eventuais dúvidas do processo de cessão deverão ser sanados junto ao órgão cedente.

Art. 12 - É vedada a cessão de servidores contratados em caráter temporário e de ocupantes de cargo em comissão.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PODER EXECUTIVO



Art. 13 - A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos poderá consultar a Coordenadoria de Prestação de Contas, Convênios e Contratos, setor afeto à Secretaria Municipal de Finanças, quando necessário, para a formalização dos convênios de cessão de servidores efetivos, em que o Poder Executivo figure como cedente ou cessionário.

Parágrafo único. A formalização dos convênios de que trata o caput deverá ser instruída com o devido processo administrativo.

Art. 14 - Fica impedida a cessão se houver outro evento concomitante ao período da cessão, como por exemplo, outra cessão e licenças.

Art. 15 - Esta Lei será regulamentada por Decreto.

Art. 16 - Os atos de cessão de servidores públicos efetivos em vigor, serão revisados e adequados aos termos aqui previstos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando dispositivos em contrário.

São José do Divino-MG, 03 de fevereiro de 2023.

GERALDO GUEDES RODRIGUES

Prefeito Municipal

Geraldo Guedes Rodrigues
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPANÁRIO
APROVADO

Documento aprovado em **15/02/2023**
com **9 votos** favoráveis de **9 presentes**.

Presidente





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PODER EXECUTIVO



EXTRATO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Documento: Indicação Nº 07/2023

Status: processo de assinatura **FINALIZADO**

Data da Versão do Doct.: 13/02/2023 09:31:11

Hash Interno: vez8awulcpj2jfrxumorqafeno1iz1uwr9jkakyh



Chave de Verificação

CLP3H-SUAQ9-N4YEQ-ECPE3-UT1DS

Para verificar a autenticidade deste extrato, acesse: www.camarasaojosedodivino.mg.gov.br/validador e informe a chave de verificação.

Lista de Signatários Deste Documento

CPF	Nome Completo	Status da Assinatura
207.***.***-49	Geraldo Guedes Rodrigues	Assinado em 15/02/2023 09:52

Documento assinado digitalmente por Geraldo Guedes Rodrigues conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: camarasaojosedodivino.mg.gov.br/validador e informe o código **CLP3H-SUAQ9-N4YEQ-ECPE3-UT1DS** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.

